

## O QUE VALEM AS LAJES?

### A base indispensável? As Lajes e a «Pax Americana»

Miguel Monjardino

Doutorando na Graduate School of Political Science and International Studies  
Universidade de Birmingham, Bolseiro da FCT  
e-mail: [m.monjardino@talk.21.com](mailto:m.monjardino@talk.21.com)

Uma primeira versão deste texto foi apresentada em Angra do Heroísmo, em Janeiro de 2000. O autor agradece a Maria Helena Monjardino as suas críticas e sugestões.

#### O paradoxo das Lajes

O «pós-Guerra Fria» nunca existiu<sup>1</sup>. Desde 1991 que vivemos a Pax Americana, e saber qual o papel das Lajes na mesma tem sido um tópico regularmente discutido em Lisboa e nos Açores. 1999 foi um ano particularmente importante nesta matéria. Em Julho, durante uma visita aos Açores, o Presidente da República, Jorge Sampaio, defendeu que as operações Raposa do Deserto (1998) e Força Determinada (1999) tinham reforçado a importância estratégica das Lajes<sup>2</sup>. Em Setembro, durante o intenso debate nacional sobre o problema de Timor, Diogo Freitas do Amaral escreveu que, caso não fosse possível convencer Washington a apoiar as pretensões do Governo português, teríamos «todos de repensar muito seriamente se vale a pena... manter a concessão de facilidades aos eua nos Açores»<sup>3</sup>. «O único interesse americano que faz de Portugal um país amigo», escreveu Boaventura de Sousa Santos, «é a Base das Lajes. Portugal devia informar formalmente os eua que não haverá renovação do contrato das Lajes se não for enviada para Timor uma força internacional em tempo útil para impedir a consumação do segundo genocídio do povo timorense»<sup>4</sup>. Na mesma altura, Paulo Portas, líder do Partido Popular, manifestava o seu desapontamento pela falta de acção dos dirigentes políticos americanos e concluía que «não se deve dar como adquirido o prolongamento do contrato das Lajes»<sup>5</sup>. Nos Açores, os responsáveis políticos regionais defendiam posições semelhantes<sup>6</sup>. Estas declarações tornam claro que a Base das Lajes continua a ser vista por dirigentes políticos e analistas nacionais como um importante trunfo político que permite a Portugal lutar acima do seu peso na diplomacia internacional.

No entanto, ao mesmo tempo que realçavam a importância estratégica das Lajes e o seu papel de alavanca política junto de Washington, os políticos nacionais e regionais manifestavam o seu desagrado pela falta de contrapartidas americanas pelo uso da base. Na sua passagem pelos Açores, Jorge Sampaio manifestou a esperança de que as «próximas negociações do acordo de cooperação bilateral entre os eua e Portugal fiquem mais equilibradas»<sup>7</sup>. E, em declarações ao Independente, um dos colaboradores do presidente do Governo regional dos Açores, declarava que «há um grande mal-estar [em

relação às Lajes], os dossiers arrastam-se, e na sociedade civil têm-se levantado vozes a pedir posições de desagravo»<sup>8</sup>.

Como explicar este paradoxo? Se, como os decisores políticos nacionais e regionais insistem, a base foi tão importante para a projecção do poder militar americano nas operações Raposa do Deserto e Força Determinada por que é que tem sido tão difícil conseguir contrapartidas que sejam consideradas satisfatórias pelo uso da mesma? O presente ensaio defende que quatro pontos ajudam a explicar o paradoxo das Lajes. Primeiro, a falta de uma perspectiva estratégica no debate nacional sobre o papel das Lajes no novo cenário estratégico tornou o mesmo incompreensível e conduziu a um impasse político que, a manter-se, não deixará de ter custos para Portugal. Segundo, continuam a existir alguns equívocos nacionais em relação ao papel das Lajes na actual estratégia americana. A «revolução nos assuntos estratégicos»<sup>9</sup> que ocorreu entre 1989-1991 e a evolução tecnológica aboliram algumas das tradicionais funções aeronavais das Lajes. O papel da base nos anos que aí vêm é, acima de tudo, o de apoiar a mobilidade estratégica do poder militar americano em regiões como o Médio Oriente e Golfo Pérsico. E, para a base açoriana, o apoio à projecção do poder militar americano nessas regiões não é uma função nova. Todavia, a ocorrer, tal projecção não deixará de ser profundamente afectada por uma série de circunstâncias políticas, estratégicas e tecnológicas radicalmente diferentes das do passado mais ou menos recente. Terceiro, o mito da existência de uma «relação especial» entre os eua e Portugal tem impedido Lisboa e os Açores de se livrarem definitivamente de uma retórica política ultrapassada pela história. A sobrevivência do mito da «relação especial» permite que as Lajes continuem a ser vistas por muitos como centrais para as relações luso-americanas. Quarto, o paradoxo das Lajes é uma criação portuguesa, e na sua base estão expectativas, ansiedades e algumas ilusões nacionais. A sua sobrevivência em 2000 prova que, em Lisboa e nos Açores, os decisores políticos decidiram manter com a opinião pública uma relação económica com a realidade política.

### **A falta de uma perspectiva estratégica**

No centro da argumentação de muitos políticos e analistas nacionais sobre a importância estratégica das Lajes está a passagem de aviões da Força Aérea americana pela base durante as operações Raposa do Deserto e Força Determinada. Mas, será que, como os responsáveis políticos em Lisboa e Açores se apressaram a defender, estas operações devolveram às Lajes a importância estratégica que a base desempenhou até ao início da Pax Americana em 1991? A pergunta pode parecer descabida mas merece ser colocada uma vez que na busca de uma resposta se chega a conclusões importantes para a compreensão do paradoxo das Lajes.

Ao contrário do que se pensa em muitos gabinetes governamentais em Lisboa e nos Açores, a mera passagem de aviões americanos pelas Lajes não é, por si só, suficiente para devolver à base a sua importância estratégica. A questão fundamental não é saber se os aviões americanos passaram ou não nas Lajes em determinada data. O cerne do problema não reside aí e é por isso que os sempre populares e muito políticos exercícios de contabilidade nacional em relação às datas e número de aviões americanos que passam pelas Lajes são estrategicamente irrelevantes. A pergunta essencial na análise estratégica é «e depois?»<sup>10</sup>. O problema com que nos defrontamos não é o de contar quantos aviões americanos passaram nas Lajes durante as operações Raposa do Deserto e Força

Determinada mas sim o de averiguar o que é que o uso das Lajes pelos eua durante as mesmas indicia. Na busca de uma resposta é fundamental adoptar uma perspectiva estratégica e fazer duas perguntas: (1) qual era o grau de importância dos objectivos estratégicos americanos durante estas operações militares?; (2) que papel desempenharam as Lajes na concretização desses objectivos? Sem uma ideia clara sobre os objectivos estratégicos dos eua nas operações em causa e sobre o papel das Lajes nas mesmas não é possível chegar a uma conclusão clara quanto ao valor estratégico da base açoriana na Pax Americana.

### **As Lajes e a operação “Raposa do Deserto”**

O combate político e militar contra a proliferação de armas de destruição maciça e mísseis balísticos é hoje em dia um dos mais importantes objectivos estratégicos dos eua<sup>11</sup>. Para Ashton Carter, Secretário da Defesa Adjunto para a Política de Segurança Internacional na primeira Administração Clinton, a proliferação deste tipo de armamento faz parte daquilo a que apelidou «lista estratégica-A», uma lista que abrange os «potenciais problemas futuros que podem ameaçar a sobrevivência dos eua, o seu modo de vida e posição no mundo»<sup>12</sup>.

Uma série de documentos oficiais e uma série de tomadas de posição por parte dos mais altos responsáveis da Administração Clinton indiciam que na operação Raposa do Deserto estiveram em jogo importantes interesses estratégicos americanos. A altamente mediática operação Raposa do Deserto foi um dos mais visíveis exemplos da crescente importância dos meios militares americanos na luta contra o aparentemente imparável fenómeno da difusão e proliferação de tecnologias e armamento com elevado potencial político<sup>13</sup>. Mas daqui não se pode concluir que as Lajes foram importantes para o resultado final da operação levada a cabo pela Força Aérea e Marinha americanas. Como foi anteriormente defendido, o debate sobre a importância estratégica das Lajes exige que seja levada em conta a importância dos objectivos estratégicos americanos em determinadas operações militares e que se averigue qual o papel das Lajes durante as mesmas. Na operação Raposa do Deserto, uma série de opções marcadamente políticas por parte dos decisores em Washington diminuíram drasticamente o papel das Lajes.

A Guerra do Golfo em 1991 demonstrou que, mesmo numa situação de total supremacia aérea americana, a localização e destruição de mísseis móveis e do programa iraquiano de armas de destruição maciça foi uma tarefa extremamente difícil de ser levada a cabo de uma maneira satisfatória. «A falta de informações», escreveram os autores do relatório Operation Desert Storm. Evaluation of the Air Campaign, «sobre a maior parte das instalações ligadas ao programa nuclear iraquiano levou a que menos de 15 por cento das mesmas fosse atacada. A campanha concertada para destruir lançadores móveis de Scud não conseguiu nenhuns resultados confirmados»<sup>14</sup>. Em 1998, a Administração Clinton estava obviamente consciente deste problema. Não foi de certeza por acaso que Bill Clinton e o Secretário da Defesa, William Cohen, insistiram na ideia de que o principal objectivo da operação levada a cabo pelos militares americanos não era destruir, mas sim «degradar», o programa iraquiano de armas de destruição maciça<sup>15</sup>. Em termos semânticos e militares a diferença entre «destruir» e «degradar» é muito significativa. Todavia, após ter concluído que era politicamente impossível levar a cabo uma ofensiva terrestre ou uma ofensiva aérea de média duração contra toda a infra-estrutura física do regime iraquiano, a única alternativa disponível para uma Administração Clinton

determinada a punir o Iraque mas não menos determinada a não pagar um preço excessivo pelo caminho, foi uma operação aeronaval limitada onde os meios de destruição a longa distância ocuparam um lugar central. Ao longo de setenta breves horas foram usados quatrocentos e quinze mísseis de cruzeiro, realizadas cerca de trezentas missões de ataque ao solo e usadas cerca de seiscentas munições de diverso tipo contra cerca de cem alvos<sup>16</sup>.

A operação Raposa do Deserto foi tudo menos o que Bill Clinton prometeu no seu início: «uma série de fortes e sustentados ataques contra o Iraque». Pelo contrário. A operação não foi nem «forte» nem «sustentada». «Com esta operação», disse o General Binford Peay, comandante do centcom até 1997, «limitámo-nos a comprar algum tempo»<sup>17</sup>. Segundo Edward Luttwak, a operação caracterizou-se por «um número mínimo de baixas (nenhumas para os atacantes), máxima publicidade favorável, um nível modesto de acção, e resultados ambíguos»<sup>18</sup>.

No entanto, para as Lajes, a operação Raposa do Deserto foi tudo menos ambígua. A recusa da Arábia Saudita em autorizar que as suas bases fossem usadas para lançar ataques contra o Iraque<sup>19</sup>, a curtíssima duração da operação, e o recurso por parte dos militares americanos a meios de destruição de longa distância para «degradar» o programa iraquiano de armas de destruição maciça tornou as Lajes irrelevantes para o resultado final da mesma. Nos Açores, condicionados por uma tradição oral que aponta para um lugar central das Lajes na projecção de todo o poder aéreo americano, a classe política e a opinião pública regional não deixaram de ficar perturbadas pela maneira como os eua prescindiram da base na tentativa de punir um Iraque relutante em abandonar definitivamente o seu programa de mísseis e armas de destruição maciça. Nas semanas que se seguiram ao fim da operação Raposa do Deserto, a passagem pelas Lajes de uma série de aviões de regresso aos eua restaurou a calma nos Açores: «Mais uma vez a Base das Lajes actualiza a sua importância no panorama geoestratégico mundial», concluiu o Diário Insular (Angra do Heroísmo) num editorial<sup>20</sup>. Ao longo de 1999, os comentários de uma série de dirigentes políticos e analistas nacionais tornaram claro que tinham chegado a uma conclusão semelhante. Resta saber como é possível argumentar que uma base que se limitou a apoiar o regresso de aviões americanos tenha visto a sua importância estratégica aumentar para os eua.

### **As Lajes e a operação “Força Determinada”**

De acordo com John Keegan, um dos mais reputados historiadores militares contemporâneos, a operação Força Determinada provou que, pela primeira vez na história, o poder aéreo pode estar na origem de uma vitória militar decisiva<sup>21</sup>. A passagem pelas Lajes, especialmente a partir da terceira semana do conflito, de meios aéreos americanos, forneceu aos mais altos responsáveis políticos nacionais a oportunidade de, após um intervalo relativamente decente, lembrarem ao resto do país e a Washington que a base açoriana tinha recuperado a sua importância estratégica. A generalidade da classe política nacional e alguns dos mais respeitados comentadores nacionais chegaram mais uma vez à conclusão de que sem as Lajes teria sido muito mais difícil aos eua projectar o seu enorme poder aéreo contra Belgrado e as forças militares/paramilitares sérvias no Kosovo. Tendo em conta as potenciais consequências para o relacionamento de Portugal com os eua deste consenso político nacional vale a pena averiguar se as Lajes foram realmente tão importantes para o exercício do poder aéreo americano como foi defendido em Lisboa e nos Açores. Mais uma vez há que fazer

duas perguntas: (1) qual foi a importância dos objectivos estratégicos dos eua/nato durante a operação «Força Determinada»?; (2) que papel desempenharam as Lajes na concretização desses objectivos?

Em ensaios publicados na segunda metade de 1999, Ashton Carter e Joseph Nye advertiam que a proliferação de poderosas imagens televisivas e uma série de debates mais ou menos intensos na imprensa, rádio e televisões sobre os méritos da operação Força Determinada não eram, por si só, suficientes para permitir uma conclusão clara sobre a importância dos objectivos estratégicos em jogo. De acordo com Carter e Nye, na ausência de princípios estratégicos mais ou menos consensuais, tais imagens e debates podem levar políticos e opinião pública a serem incapazes de resistir à tentação de sucumbirem à «inversão estratégica» – isto é, deixar que tópicos altamente mediáticos, mas relativamente pouco importantes, dominem o debate<sup>22</sup>. No entanto, não deixa de ser interessante notar que, apesar destes pertinentes avisos, nunca foi possível atingir um consenso em relação à importância dos objectivos estratégicos dos eua/nato na operação Força Determinada.

Para muitos comentadores europeus, a operação Força Determinada não foi mais do que uma «expedição siciliana»<sup>23</sup> levada a cabo por uns eua exuberantes e ambiciosos. Para esta corrente de opinião, o que moveu os eua não foram os tão apregoados objectivos humanitários, mas sim a ambição de continuar a liderar politicamente a nato e a dominar a Europa<sup>24</sup>. Em Portugal estas ideias ganharam importantes e influentes adeptos. «Como europeísta convicto», escreveu Diogo Freitas do Amaral, «dói-me particularmente que os principais países da União Europeia tenham passado a alinhar – calados uns, envergonhados outros, mas todos cúmplices – com o militarismo agressivo e descontrolado da actual liderança americana»<sup>25</sup>. Para Mário Soares, «os países europeus membros da nato seguiram os eua, a meu ver, com excessiva facilidade»<sup>26</sup>. De acordo com o General Loureiro dos Santos

A verdade é que não se vislumbra que a Jugoslávia constitua um perigo à segurança da nato. ...Empregar a força militar não tinha razão de ser. ...Nestas circunstâncias, a posição de Portugal deveria ter sido de, no âmbito da nato, procurar convencer os seus parceiros do erro estratégico que ia ser cometido. ...No caso de não conseguir os seus intentos, Portugal deveria ter tomado uma clara opção de não participar na operação militar<sup>27</sup>.

Nos eua, Edward Luttwak defendia que os interesses estratégicos de Washington nunca foram ameaçados pelas acções de Milosevic e do Exército de Libertação Albanês no Kosovo. Longe de ter liderado a operação militar contra a Sérvia, os decisores políticos americanos deviam ter tentado evitar que a mesma fosse levada a cabo<sup>28</sup>. Ashton Carter chegou a uma conclusão semelhante. De acordo com Carter, o que estava em jogo no Kosovo eram problemas estratégicos de «lista-C». Para Carter, o impacto deste tipo de problemas na segurança dos eua é indirecto e a enorme relutância da Administração Clinton em aceitar baixas em combate e derrubar o regime de Milosevic durante a operação Força Determinada parece confirmar isso mesmo<sup>29</sup>. Outros comentadores chegaram a conclusões diferentes.

Em Portugal, Álvaro Vasconcelos defendia que «a defesa dos habitantes do Kosovo... é um passo fundamental para que a Europa, toda a Europa, viva um dia em democracia e

em paz»<sup>30</sup>. Nos eua, Joseph Nye chegou a uma conclusão semelhante. Nye aceitava que, antes do início do conflito, a tragédia do Kosovo não era estrategicamente importante para Washington. Todavia, a forte resposta de Milosevic ao início da suave<sup>31</sup> campanha aérea da nato pôs em causa a credibilidade política e militar da Aliança Atlântica e levou a que o tópico «Kosovo» transitasse da «lista-C» para a «lista-B» dos interesses estratégicos dos eua – ameaça a interesses vitais americanos<sup>32</sup>.

Ora, implícito no argumento de que as Lajes desempenharam um papel militar importante no resultado final da operação Força Determinada está a ideia de que, pelo menos a partir de determinada altura, estiveram em jogo importantes interesses estratégicos dos eua e do pilar europeu da nato. Mesmo que se admita que esta conclusão é correcta, a tentativa de resolver o paradoxo das Lajes exige que se vá mais longe e se averigue o papel da base açoriana na concretização desses mesmos objectivos estratégicos. Tal leva-nos a duas conclusões importantes para o presente e futuro das Lajes.

Primeiro, a passagem pelas Lajes de aviões americanos durante a operação Força Determinada confirmou que a base açoriana continua a ser o que sempre foi ao longo da sua história: uma prancha para o trânsito do poder aéreo americano. E apesar dos políticos nacionais/regionais considerarem que tal facto é, por si só, uma das provas mais evidentes da contínua relevância estratégica da base açoriana para a actual Pax Americana é importante notar aqui que existem importantes diferenças políticas e militares entre bases que asseguram a mobilidade estratégica e as bases que asseguram a mobilidade operacional e táctica dos meios aéreos americanos. As primeiras apoiam o trânsito dos aviões dos eua enquanto que as segundas apoiam os ataques aéreos levados a cabo pelos mesmos<sup>33</sup>.

A operação Força Determinada teria sido impossível se a Inglaterra, Alemanha e Itália tivessem recusado autorização para que as bases aéreas localizadas nos seus territórios fossem usadas para o lançamento de ataques aéreos contra Belgrado e o Kosovo. Esta situação não deixou de ter consequências políticas importantes. Por exemplo, o papel crucial das bases inglesas na projecção do poder aéreo americano de longo raio de acção, levou Tony Blair a exigir um poder de veto em relação aos alvos a atingir pelos bombardeiros B-52 e B-1B estacionados nas mesmas<sup>34</sup>. As bases inglesas, alemãs e italianas estiveram numa fase posterior na origem da criação de um directório informal que incluiu a Secretária de Estado dos eua e os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, França, Alemanha e Itália e cuja função era gerir politicamente a campanha aérea da nato<sup>35</sup>. É importante notar que, apesar da passagem de aviões americanos pelas Lajes durante a operação Força Determinada, Portugal nunca foi incluído neste importante directório político. Daqui só se pode concluir que, quando comparadas com as bases inglesas, alemãs e italianas, as Lajes não foram essenciais para o dia a dia e resultado final da operação levada a cabo pela nato.

Segundo, mesmo que se chegue à conclusão de que no coração do sucesso político-militar da operação Força Determinada esteve o poder aéreo americano é importante notar que existem diferenças substanciais entre o poder aéreo táctico e o de longo raio de acção. A base açoriana é importante, entre outras coisas, para a projecção do primeiro tipo de poder aéreo. Todavia, a ameaça por parte dos sistemas sérvios de defesa antiaérea SA-3 e SA-6 levou os decisores políticos em Washington e algumas capitais europeias a impor uma série de importantes restrições operacionais à actuação dos meios aéreos tácticos na nato<sup>36</sup>. Estas restrições ajudam a explicar por que é que a contribuição crucial

para o resultado final da operação Força Determinada foi dada pelo poder aéreo americano de longo raio de acção. Os vinte e quatro B-2, B1-B e B-52 que voaram a partir dos eua e Inglaterra representaram uma percentagem extremamente pequena do número de aviões usados pelos eua e restantes forças aéreas da nato mas tal não os impediu de terem disparado mais de metade dos mísseis, bombas e munições usados durante a campanha aérea<sup>37</sup>. As fontes publicamente disponíveis permitem concluir que este tipo de poder aéreo dispensou completamente o uso das Lajes.

Recapitulando: a aplicação de uma perspectiva estratégica às operações Raposa do Deserto e Força Determinada prova exactamente o oposto do que foi defendido pelos responsáveis políticos em Lisboa e nos Açores ao longo de 1999. Na primeira operação, as Lajes limitaram-se a apoiar o regresso de meios aéreos americanos quase um mês após os ataques contra o Iraque. Na segunda, apesar de as Lajes terem desempenhado um papel mais relevante, a existência de fortes meios militares americanos na Europa, a disponibilização de uma série de bases em Itália, na Alemanha e Inglaterra e a contribuição do poder aéreo americano de longo raio de acção levaram a que o papel militar da base na operação Força Determinada fosse muito menor do que aquele que lhe foi atribuído em Portugal. 1999 confirmou que o papel das Lajes no apoio à mobilidade estratégica americana na Europa foi, e vai continuar a ser, menor do que o desempenhado no passado mas, como veremos de seguida, tal não quer dizer que as Lajes não venham a ter um papel importante a desempenhar na estratégia americana.

### **Equívocos em relação ao papel das Lajes na estratégia americana**

A persistente tendência nacional para ainda hoje em dia realçar o papel das Lajes em missões aeronavais relacionadas com o controlo do Atlântico e ignorar o actual papel da base açoriana ajuda a explicar o paradoxo das Lajes. Entre 1947 e 1989-1991 as Lajes foram importantes para o que Herman Kahn, um dos mais polémicos estrategos americanos, chamou dissuasão «Tipo i» e «ii». A sempre mencionada contribuição das Lajes para a «defesa avançada» dos eua faz parte do primeiro tipo de dissuasão<sup>38</sup>. Kahn definiu a dissuasão «tipo i» como a «dissuasão de um ataque directo aos eua»<sup>39</sup>. A projecção dos meios humanos e militares americanos através das Lajes para áreas onde estejam em jogo interesses estratégicos dos eua faz parte do segundo tipo de dissuasão. Kahn definiu a dissuasão «tipo ii» como o «uso de ameaças estratégicas para dissuadir um inimigo de se envolver em actos que, embora não envolvessem um ataque directo aos eua, seriam ainda assim extremamente provocadores»<sup>40</sup>.

Para as Lajes, 1989-1991 trouxe o fim das tradicionais missões da base no apoio à estratégia dos eua. A crescente sofisticação e alcance dos meios de destruição a longa distância, o colapso e implosão da União Soviética e o fim da Guerra Fria aboliram o papel das Lajes na defesa avançada dos eua, ao mesmo tempo que diminuíram substancialmente o seu papel no apoio à mobilidade estratégica americana em direcção à Europa<sup>41</sup>. O repensar do papel das Lajes no novo cenário estratégico não tardou. Logo em 1990, um estudo publicado pelo The Economist argumentava que o fim da Guerra Fria tinha retirado às Lajes grande parte do seu valor<sup>42</sup>. Em 1992, o Comando Europeu da Força Aérea Americana propôs que as Lajes fossem devolvidas a Portugal<sup>43</sup>. Num estudo inicialmente publicado em 1990, e revisto em 1993, Álvaro Vasconcelos escreveu que, embora fosse pouco provável, era possível que «os condicionalismos americanos e a política de redução da presença militar na Europa e outros pontos... [pudesse] levar ao

termo da presença militar americana nos Açores»<sup>44</sup>. Em 2000, a base continua a apoiar o trânsito e a projecção de meios aéreos e logísticos americanos em direcção à Europa mas, como a Quadrennial Defense Review (1997), o Conceito Estratégico da nato (1999) e a Joint Vision 2020 tornam claro, tal missão deixou de ter a urgência e a importância do passado.

Mas, se a base perdeu as suas funções tradicionais ligadas à dissuasão «tipo i», qual é então o seu papel na estratégia americana? O relatório Military Airlift publicado em 1997 pelo General Accounting Office (gao) demonstra que o que actualmente torna as Lajes importantes para Washington é a sua capacidade de, em articulação com outras doze bases, apoiar a mobilidade estratégica dos EUA na direcção Médio Oriente e Golfo Pérsico<sup>45</sup>. Os documentos oficiais da Administração Clinton e a disposição dos meios e forças militares americanas tornam claro que os EUA possuem importantes interesses no Médio Oriente e Golfo Pérsico. É perfeitamente possível que, em determinadas circunstâncias, as Lajes possam vir a ajudar Washington a manter e defender alguns destes interesses. Isto significa que a base açoriana vai continuar associada à dissuasão «tipo ii» levada a cabo pelos EUA nessas regiões. 1973, com a guerra de Yom Kippur, e 1990-1991, com as operações Escudo do Deserto e Tempestade no Deserto, servem para lembrar que este papel não é propriamente novo<sup>46</sup>. Todavia, o actual cenário político, estratégico e tecnológico é profundamente diferente dos cenários vividos em 1973 e 1990-1991.

O que é que mudou em relação a 1973 e 1990-1991? Primeiro, aumentou o número de bases que podem ser utilizadas pelos aviões americanos. Ao contrário do que sucedeu em 1973 e 1990-1991, os EUA têm hoje em dia acesso a uma importante rede de bases no Golfo Pérsico ou na sua vizinhança. Nos anos que aí vêm esta rede de bases vai beneficiar de investimentos e melhoramentos consideráveis<sup>47</sup>. Além disso, equipamento para três brigadas está «pré-posicionado» no Koweit, no Qatar e em meios navais americanos<sup>48</sup>. E como a operação Raposa do Deserto tornou claro, o poder de fogo dos meios navais americanos na região é considerável. Ou seja, ao contrário do que sucedeu no passado, os EUA têm ao seu dispor no Golfo Pérsico meios militares que permitem sinalizar as suas intenções de uma maneira clara e inequívoca a actuais ou potenciais inimigos<sup>49</sup>.

A segunda grande diferença é que uma parte muito substancial dos meios aéreos americanos estacionados na Europa podem ser rapidamente deslocados para estas novas bases<sup>50</sup>. Estes desenvolvimentos ajudaram a flexibilizar o planeamento estratégico americano e, ao longo dos últimos anos, contribuíram para diminuir a importância das Lajes no mesmo. Todavia, o facto de a projecção e exercício do poder militar americano no Médio Oriente e Golfo Pérsico estar desde 1991 a ser levada a cabo debaixo da sombra da terceira idade dos mísseis pode vir a ter repercussões importantes para as Lajes.

A primeira idade dos mísseis foi extremamente curta. Durou de 1944 a 1945 e ficou marcada pelas V-1 e V-2 alemãs. Apesar da sua imprecisão e correspondente insucesso militar<sup>51</sup>, Liddell Hart, um dos mais conhecidos estrategos ingleses, num livro publicado logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, argumentou que as V-1 e as V-2 tinham demonstrado que o problema da segurança nacional sofrera uma transformação fundamental<sup>52</sup>. A segunda idade dos mísseis decorreu entre o final dos anos 50 e 1989-1991 e ficou marcada pela revolução nuclear<sup>53</sup>. Esta revolução aboliu o «poder de



protecção»<sup>54</sup> de todos os Estados, ao mesmo tempo que conferiu a alguns o «poder de punir»<sup>55</sup> os seus inimigos, mesmo na ausência de uma vitória no campo de batalha. A terceira idade dos mísseis começou na Guerra do Golfo de 1991<sup>56</sup>. O conflito demonstrou a enorme capacidade dos mísseis balísticos iraquianos e mísseis de cruzeiro americanos para abolir o poder de protecção conferido pela distância e «alargar» o campo de batalha. Na altura, este alargamento não deixou de ter repercussões políticas e militares importantes<sup>57</sup>. Os Al-Husayns permitiram a Saddam Hussein compensar as suas deficiências ao nível do poder aéreo e foram usados como armas de ruptura política e social contra Israel e a Arábia Saudita. Na fase inicial da campanha aérea contra a infraestrutura de comando e controlo iraquiana, os mísseis de cruzeiro permitiram aos militares americanos atacar uma série de alvos fortemente defendidos por sistemas antiaéreos<sup>58</sup>. De então para cá, a importância dos mísseis para a «lógica» e «gramática» da guerra em Estados como os eua, Inglaterra, Rússia, China, Coreia do Norte, Índia, Paquistão, Irão, Síria, Líbia e Israel não deixou de aumentar<sup>59</sup>. Todavia, existe uma diferença importante nas funções a desempenhar pelos novos sistemas de mísseis.

Para os eua, a «dimensão social da estratégia»<sup>60</sup> exige que os seus sistemas militares sejam altamente precisos e capazes de distinguir os alvos civis dos militares. O que interessa a Washington é «convencionalizar»<sup>61</sup> a guerra e trazer a batalha de volta ao campo de batalha<sup>62</sup>. Na base do crescente interesse dos adversários dos eua em relação a mísseis e armas de destruição maciça estão objectivos diametralmente opostos. Devido à sua fraqueza convencional, a dilemas estratégicos e à intensidade dos interesses em jogo, o que os decisores políticos destes países buscam é, acima de tudo, o poder de punir indiscriminadamente os seus adversários. O seu objectivo é levar a batalha para a sociedade dos seus inimigos de maneira a dissuadir ou coagir os mesmos<sup>63</sup>.

Para Washington, uma das mais indesejadas consequências da terceira idade dos mísseis vai ser a crescente vulnerabilidade das suas bases militares no Médio Oriente e Golfo Pérsico a sistemas de mísseis armados com ogivas convencionais ou de destruição maciça<sup>64</sup>. Segundo o General Charles Horner «a proliferação de armas de destruição maciça e mísseis balísticos significa que a nossa actual estratégia de despejar milhares de caças e centenas de milhar de homens no quintal dos nossos inimigos deixou de ser viável»<sup>65</sup>. Em *Fire in the East*, Paul Bracken defende que a proliferação de mísseis e de armas de destruição maciça ameaça criar «zonas de exclusão estratégica» para os eua<sup>66</sup>. A crescente importância dos sistemas de defesa contra mísseis balísticos para a estratégia dos eua só pode ser compreendida à luz destes desenvolvimentos e receios<sup>67</sup>. Todavia, apesar de uma série de importantes sucessos em 1999 e 2000, continuam a persistir dúvidas importantes em relação ao estado da tecnologia hit-to-kill a usar nos novos sistemas de defesa de teatro americanos e à capacidade dos mesmos para interceptar e destruir números substanciais de mísseis<sup>68</sup>. É possível – altamente provável – que o actual dinamismo da terceira idade dos mísseis dificulte a tarefa dos actuais sistemas de defesa de teatro e que, tal como aconteceu com os Patriot (pac-2) durante a Guerra do Golfo de 1991, os mesmos sejam bastante susceptíveis à «fricção Clausewitziana»<sup>69</sup>. O desenvolvimento ou aquisição por parte dos adversários dos eua de mísseis de cruzeiro – uma plataforma ideal para as armas químicas e biológicas –, potencialmente bastante precisos graças à difusão da tecnologia gps, poderá vir a complicar ainda mais o acesso dos meios aéreos americanos ao Médio Oriente e Golfo Pérsico<sup>70</sup>. Num cenário político, estratégico e tecnológico como o que acaba de se descrever, será fundamental para os eua

não só continuar a ser «primeiros com o maior número» mas também ser «primeiros com o maior poder de fogo» no Médio Oriente e Golfo Pérsico<sup>71</sup>.

Em 1990-1991 Washington teve o luxo estratégico de dispor de seis meses para preparar cuidadosamente o que veio a ser a operação Tempestade no Deserto mas é altamente improvável que os inimigos dos eua voltem a cometer o mesmo erro<sup>72</sup>. A ocorrer, um novo conflito no Golfo Pérsico vai exigir aos militares americanos uma capacidade de mobilidade estratégica extremamente rápida e, para concretizar tal objectivo, bases de trânsito como as Lajes serão importantes no apoio ao transporte de forças expedicionárias, meios aéreos táticos e logísticos estacionados nos eua<sup>73</sup>. Apesar de tudo o que tem sido dito e escrito nos eua desde 1991 sobre a Revolução nos Assuntos Militares, a verdade é que «os aviões não voam no ciber-espaço e os exércitos não viajam pela auto-estrada da informação abaixo»<sup>74</sup>.

### **O mito da «relação especial» e a dificuldade em avaliar o clima político vivido em Washington**

O paradoxo das Lajes deve muito à ideia de que entre os Estados Unidos e Portugal existe uma «relação especial». A verdade é que, apesar de toda a retórica política nacional sobre o assunto, a «relação especial», pelo menos no sentido Washington-Lisboa/Açores, não existe. O apego nacional a esta sinuosa e escorregadia expressão ajuda a explicar por que é que tem sido tão difícil para alguns responsáveis políticos adaptar o seu discurso às realidades do novo clima político que se vive em Washington. Este problema é particularmente agudo nos Açores.

Falar e escrever sobre a «relação especial» entre os eua e os Açores é, para a maioria dos açorianos, dizer e escrever sobre o óbvio. Um pouco como aconteceu com Joseph Chamberlain, os açorianos recusam-se a falar e a agir como se os eua fossem um país estrangeiro. Junto de alguns círculos regionais, os açorianos foram e são ainda vistos como uma espécie de gregos do novo império americano e as Lajes são o bilhete de admissão ao centro do processo de decisão político em Washington. Ao longo do corrente ano, Carlos Amaral, director do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia da Universidade dos Açores, e Carlos César, presidente do Governo regional dos Açores, contribuíram para reforçar as ilusões e, suspeita-se, os equívocos regionais que continuam a rodear as relações luso-americanas.

De acordo com Carlos Amaral

A relação especial entre os eua e os Açores não é um mito, mas uma realidade bem palpável... Em que outra região de dimensão económica e demográfica comparável à nossa é que os Estados Unidos mantêm uma representação diplomática? Com quantos outros presidentes de regiões da dimensão da nossa é que o Presidente dos Estados Unidos se corresponde oficialmente<sup>75</sup>?

Nas vésperas da passagem de Bill Clinton por Lisboa, em Junho do corrente ano, Carlos César defendeu uma posição muito semelhante: «Duvido que o Presidente dos Estados Unidos dirija cartas pessoais a muitos presidentes de regiões como a nossa e isso já aconteceu com os Açores. Também duvido que outras regiões como a nossa tenham, a certos níveis, relações com a Administração americana»<sup>76</sup>. No que toca aos círculos

políticos nacionais, é difícil ler um discurso ou uma entrevista sobre as relações luso-americanas em que não seja mencionada a «relação especial»<sup>77</sup>.

A ideia de uma «relação especial» entre os eua e Portugal tem pois aceitação junto da opinião pública e dos círculos políticos nacionais e regionais. O problema é que continua a ser difícil explicar o que é que torna as cordiais e amigáveis relações luso-americanas em «especiais». Em 2000, um dos principais problemas para os decisores políticos em Lisboa e nos Açores tem sido o de explicar à opinião pública como é possível defender que existe uma «relação especial» entre os eua e Portugal ao mesmo tempo que se argumenta em termos cada vez mais estridentes que Washington não tem cumprido a letra e o espírito do Acordo de Cooperação e Defesa de 1995<sup>78</sup>.

Em Portugal, por um conjunto de razões políticas e terapêuticas, tem sido extremamente difícil aceitar o conselho de Raymond Seitz. Em *Over Here*, Seitz escreve que quando assumiu o seu posto de embaixador dos eua em Londres no início dos anos 90, decidiu nunca usar a expressão «relação especial» para descrever as relações anglo-americanas<sup>79</sup>. Segundo Seitz, o fim da Guerra Fria e o acelerar da história que se vive desde 1989-1991 tornou a expressão enganadora e algo vazia de conteúdo. Não é de certeza por acaso que os diplomatas e responsáveis políticos americanos têm mostrado uma enorme relutância em usar a expressão «relação especial» para descrever as relações luso-americanas.

O que é uma «relação especial»? De acordo com o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, «especial» é uma palavra que se «aplica exclusivamente a uma coisa ou a uma categoria particular de coisas». Especial quer dizer coisas como «superior», «reservado» ou «distinto». Ser «especial» é uma questão de grau e envolve sempre uma comparação<sup>80</sup>. Tendo estes dados presentes, importa perguntar o que é que torna a relação entre os eua e Portugal «especial». A base das Lajes, os emigrantes açorianos nos eua e as trocas comerciais são normalmente utilizados para justificar politicamente a utilização da expressão. Todavia, uma análise fria e minimamente racional conduz à conclusão de que nenhum destes argumentos prova a existência de uma «relação especial» entre os eua e Portugal.

Nos Açores, a ideia de que as Lajes continuam a estar no centro das relações luso-americanas, faz parte da mitologia da autonomia e tem sido sistematicamente alimentada pelos políticos regionais. Mas será que da presença americana nas Lajes se pode concluir que a nossa relação com os eua é «especial»? Penso que não. Quando um país usa cerca de quarenta bases aéreas no estrangeiro deixa de fazer sentido usar o adjetivo «especial» para caracterizar as relações dos eua com todos os países onde as mesmas estão situadas. As Lajes são uma das muitas bases usadas pelos militares americanos. Isso faz das Lajes muitas coisas, mas não é suficiente para transformar as relações dos eua com Portugal em «relações especiais».

E se o número de emigrantes oriundos dos Açores, ou descendentes de emigrantes açorianos, nos eua é substancial tal também não torna as nossas relações com os eua «especiais». Primeiro, porque os eua são um país de emigrantes. A comunidade dos emigrantes açorianos é apenas mais uma das muitas comunidades de emigrantes que escolheram ou foram forçados a radicar-se nos eua<sup>81</sup>. Segundo, porque quando comparado com outras comunidades de emigrantes, o peso e influência política da comunidade açoriana em Washington não é substancial<sup>82</sup>. Até muito recentemente, Portugal foi um dos poucos países da União Europeia a cujos cidadãos nacionais se exigia um visto para entrar nos eua. O repatriamento forçado de emigrantes açorianos

com cadastro há muito radicados nos eua também tornou penosamente clara a falta de integração dos mesmos na sociedade americana<sup>83</sup>.

Por outro lado se, em termos comerciais, os Açores fazem parte de um país pequeno com uma economia aberta, quando comparados com países europeus com uma dimensão semelhante, as relações comerciais entre Portugal e os eua são normais, mas não são especiais<sup>84</sup>.

As Lajes, os emigrantes açorianos e as trocas comerciais entre os eua e Portugal não permitem concluir que as relações entre os dois países são «especiais». A imagem dos Açores e Portugal – ou a falta dela – nos eua reforça ainda mais esta conclusão. O facto é que os decisores políticos americanos dedicam muito pouca atenção ao nosso país. As memórias da generalidade dos diplomatas e políticos americanos<sup>85</sup> e alguns dos mais conhecidos e discutidos livros sobre a estratégia e política externa americana publicados na década de 90 ignoraram completamente as Lajes, os Açores e Portugal<sup>86</sup>.

O que se pode concluir daqui? Primeiro, que a tão apregoada «relação especial» é um mito<sup>87</sup>. Para Washington, Portugal e os Açores são um país e uma região de nota de pé de página. Os açorianos podem ter uma relação especial com os eua, mas o inverso não é certamente verdadeiro. Em Lisboa e nos Açores, o mito da «relação especial» insere-se na longa tradição nacional de «não se discutir em termos realistas estes assuntos e de ignorar a forma como as grandes potências encaram Portugal»<sup>88</sup>.

Segundo, que a imagem irrealista e distorcida das relações entre os eua e Portugal tem complicado imenso a gestão política do dossier das Lajes. Nos Açores, o recurso por parte de académicos e políticos regionais a expressões políticas vazias de conteúdo tem levado os açorianos em geral a terem uma enorme dificuldade em avaliar em termos realistas o enorme impacto da «revolução dos assuntos estratégicos» de 1989-1991 nos comités do Congresso dos eua e na classe política americana.

Em 1999, o endurecer do discurso regional sobre as Lajes e o ressuscitar do discurso das contrapartidas financeiras americanas pelo uso da base mostrou bem até que ponto tinha chegado a frustração regional sobre o assunto<sup>89</sup>. O reaparecimento da ideia das contrapartidas financeiras nas discussões açorianas sobre as Lajes não foi inocente e destinou-se a sinalizar a Lisboa e a Washington a enorme insatisfação do Governo regional pelos resultados do Acordo de Cooperação e Defesa de 1995. Todavia, a insistência regional em ressuscitar o fantasma das contrapartidas financeiras e o entusiástico acolhimento da ideia pela opinião pública regional mostram bem até que ponto é possível ignorar o clima político que desde 1989-1991 se vive em Washington. A verdade é que a mesma não é compatível com a ambição nacional e europeia de atenuar os actuais desequilíbrios atlânticos.

Existem hoje em dia várias políticas externas nos eua. A mais visível é a da Casa Branca. Todavia, uma análise mais atenta do que se tem passado em Washington nos últimos anos não pode deixar de levar à conclusão de que a Câmara dos Representantes, o Senado e o Pentágono também têm as suas políticas externas e que muitas vezes as prioridades das mesmas não coincidem com as da Casa Branca. O processo de decisão americano teve sempre a particularidade de horrorizar os políticos e diplomatas europeus. Na sua última visita aos eua como secretário-geral da nato, Lord Carrington não deixou de dizer que «obviamente, na Europa ninguém compreende como é que o vosso Governo funciona»<sup>90</sup>. George Shultz, antigo Secretário de Estado nas administrações de Ronald Reagan, também se queixou amargamente de que «nada fica definitivamente decidido

nesta cidade»<sup>91</sup>. O final da Guerra Fria complicou ainda mais o caótico e altamente flexível processo de decisão político em Washington. Como Jeremy Rosner escreveu, «mais paz na terra tem significado sempre menos paz em matéria de política externa ao longo da Avenida da Pensilvânia»<sup>92</sup>.

Ao longo dos anos 90, o Congresso e a Casa Branca travaram uma série de batalhas políticas pelo controlo da direcção e conteúdo da política externa americana. O tom e o resultado final de muitas dessas batalhas foi influenciado pela chegada ao Congresso em 1994 – particularmente à Câmara dos Representantes – de um número substancial de políticos perfeitamente indiferentes às consequências externas de muitas das suas decisões<sup>93</sup>. O orçamento americano para a ajuda externa foi um dos seus alvos preferidos durante a década de 90. Apesar dos protestos da Casa Branca, os montantes de ajuda externa aprovados pelo Congresso foram reduzidos drasticamente e, tendo em conta as novas realidades estratégicas, canalizados para a Europa de Leste, Médio Oriente e Rússia.

Num clima político como o que foi, e continua a ser, vivido nos eua, Portugal não deixou de ser afectado pela política externa do Congresso. No actual contexto político, a possibilidade de a opinião pública e os representantes políticos americanos aceitarem pagar pelo uso de uma base situada num país-membro da União Europeia – uma das regiões mais ricas do mundo onde deixou de existir uma ameaça à integridade territorial dos seus membros – é nula<sup>94</sup>.

### **Uma relação económica com a realidade política**

Esta discrepância entre a realidade política e o discurso oficial para consumo interno tem fins terapêuticos e vai ao encontro de uma longa tradição nacional<sup>95</sup>. A excessiva clarificação dos problemas que rodeiam a questão das Lajes envolve consequências consideradas incómodas pelo poder político nacional. Por isso mesmo foi decidido manter com a opinião pública uma relação económica com a realidade política.

A base das Lajes tem sido vista por sucessivos governos regionais como uma das mais importantes alavancas políticas disponíveis nos Açores. A base tem possibilitado aos dirigentes políticos regionais disporem de uma visibilidade e de um papel político perfeitamente desproporcionado em relação ao peso real dos Açores no todo nacional. João Bosco Mota Amaral falava por todos os políticos açorianos quando defendeu que a visibilidade dos Açores no todo nacional é reforçada «pela especial validade estratégica do nosso território, testemunhada por uma presença militar significativa dos Estados Unidos»<sup>96</sup>. As Lajes garantem ainda acesso, ainda que efêmero, a indivíduos e instituições envolvidos parcialmente no processo de decisão americano. Por vezes, como aconteceu em 1999, a base coloca os Açores no centro da política interna e externa nacional. De acordo com Carlos César, «os documentos que marcaram a mudança de posição dos Estados Unidos em relação a Timor fazem referência a Portugal e em alguns casos até mesmo aos Açores»<sup>97</sup>. Em suma, as Lajes têm dado aos políticos regionais e aos Açores em geral algo que, apesar de ser dificilmente quantificável, é politicamente importante: algum prestígio.

No desequilibrado triângulo político-estratégico Washington/Lisboa/Açores, as Lajes continuam a oferecer significativas vantagens comparativas. Situada no meio do Atlântico, a base continua a ser uma excelente plataforma para que os eua, potência aérea por excelência<sup>98</sup>, continuem a ser «primeiros com o maior número e o maior poder de

fogo» fora da Europa. A existência de uma população tradicionalmente pró-americana não deixa de facilitar as actividades dos militares norte-americanos. Além disso, a base fornece ainda uma vantagem política adicional: a sua distância em relação a Lisboa. Este ponto tende a não ser valorizado nos Açores mas, uma comparação com o se passou durante muito anos em Torrejon (Espanha), sempre que a base foi usada para a projecção do poder aéreo americano, acentua a vantagem da localização das Lajes para os militares americanos e decisores políticos nacionais. De acordo com o relatório Military Airlift, a proximidade de Torrejon em relação a Madrid tornou a base excessivamente visível e esteve na origem de inúmeros protestos e problemas políticos para o Governo espanhol. O resultado final destes protestos e problemas foi o termo do uso de Torrejon pelos aviões americanos em 1997-1998<sup>99</sup>. Nos Açores a situação não podia ser mais diferente. A distância das Lajes em relação a Lisboa e o apoio da população e Governo regional à presença militar americana na Ilha Terceira tem ajudado a gerir politicamente a questão das Lajes a nível nacional.

Apesar destas duas vantagens posicionais, tem sido extremamente difícil aos decisores políticos regionais «rentabilizar» a base junto de Washington. Duas razões ajudam a explicar porquê. Primeiro, apesar do uso na comunicação social de expressões politicamente beligerantes durante 1999 e 2000, um dos mais conhecidos segredos nacionais é o de que nos gabinetes governamentais de Lisboa e Açores ninguém deseja a saída dos americanos das Lajes. A preservação e, se possível, o fortalecimento dos laços transatlânticos, é um dos objectivos estratégicos nacionais. Todavia, na ausência de uma ameaça territorial aos países-membros da nato e, perante a situação política que se vive nos eua e na Europa Ocidental/Central, a relação transatlântica não pode continuar a ser o que foi até 1999: «em larga medida um protectorado americano, com os seus aliados a fazerem lembrar os antigos vassallos e tributários»<sup>100</sup>.

Em 1999, a operação Força Determinada tornou claro que, apesar de todos os comunicados e declarações políticas feitas durante os anos 90, a realidade é que os países europeus estavam mais dependentes do que nunca dos eua para levarem a cabo operações militares dentro da Europa. Como Gerhard Schröder, chanceler da Alemanha, admitiu, «só se leva a sério quem tem alguma coisa para oferecer. Ora quando, na crise do Kosovo, os europeus não foram capazes, sem os americanos, de tomar as medidas necessárias, então não nos podemos admirar de que eles tenham ocupado o lugar de primeiro violino»<sup>101</sup>. As repercussões políticas desta situação, em Washington e em muitas capitais europeias, tornaram claro que a mesma não é saudável para a Aliança Atlântica. De então para cá, equilibrar as relações entre os eua e o pilar europeu da nato passou a ser uma urgente prioridade política. Na base daquilo a que se tem convencido chamar de «nova relação transatlântica» está a ideia de que no actual cenário estratégico o principal objectivo da nato é defender interesses comuns através de uma concertação política mais intensa entre Washington e os seus aliados europeus.

A «nova relação transatlântica» vai envolver ajustamentos políticos extremamente penosos nos eua e no pilar europeu da nato. Neste último, os governos vão ter que fazer muito mais no domínio da segurança e defesa e tal vai exigir o dispêndio de muito capital político junto das diferentes opiniões públicas europeias<sup>102</sup>. Apesar das ambições europeias que rodeiam a Identidade Europeia de Segurança e Defesa (iesd) a verdade é que, como o Embaixador José Cutileiro tornou claro, «desde a cimeira de St. Malo, há dezoito meses, os orçamentos de Estado de países da União continuam a não mostrar

aumento das despesas militares. Os nossos parlamentos e as nossas populações preferem outros empregos do dinheiro público»<sup>103</sup>. Nos anos que aí vêm a grande incógnita consistirá em saber como compatibilizar os ambiciosos objectivos políticos, militares e tecnológicos associados à iesa com a crescente alergia das sociedades europeias em relação ao uso da força militar e respectivos custos humanos e financeiros<sup>104</sup>.

Para Washington, os maiores desafios vão ser: (1) gerir as incertezas políticas e institucionais que rodeiam o papel da ueo e, a prazo, da União Europeia nas questões de segurança e defesa europeia; (2) partilhar, em algumas situações, a liderança e o acesso ao processo de decisão político<sup>105</sup>. Tendo em conta que nos últimos cinquenta anos os eua nunca tiveram uma relação equilibrada com a Europa, a «nova relação transatlântica» envolve um enorme salto no desconhecido político para a «nação indispensável».

A presença militar americana na Europa é hoje em dia encarada como um facto perfeitamente normal no Velho Continente, mas isso não equivale a dizer que a mesma é inevitável nas próximas décadas. Portugal está empenhado no actual processo de transformação da Aliança Atlântica<sup>106</sup>. Um dos objectivos nacionais é garantir que os eua continuem a ser uma «potência europeia» e criar condições para que tal aconteça é importante para Lisboa. Em 1994, de passagem pelos Açores, Jaime Gama foi particularmente claro sobre a intensidade do interesse nacional em ver os militares americanos continuarem a usar as Lajes. Na altura, Jaime Gama defendeu que «o interesse [em ter os americanos estacionados nas Lajes] é mais nosso»<sup>107</sup>. Tal interesse tornou-se ainda mais evidente nos anos seguintes quando o comando das forças americanas na base deixou de estar entregue a um oficial general, a Marinha dos eua abandonou as Lajes e o número de militares americanos na mesma foi reduzido drasticamente.

Portugal está «presente na criação» de uma nova e exigente relação transatlântica e isso ajuda a explicar por que é que as Lajes são hoje em dia encaradas em Lisboa como «uma peça chave na definição da nossa política de segurança e defesa» e «um valioso contributo para a presença americana na Europa e uma base para a projecção de forças para outras regiões do mundo»<sup>108</sup>. Tudo isto ajuda a explicar por que é que em Maio do corrente ano, de passagem pelos Açores, o ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou que o acordo de Cooperação e Defesa assinado em 1995 não ia afinal ser renegociado<sup>109</sup>.

A segunda razão pela qual tem sido difícil «rentabilizar» as Lajes tem a ver com o aquilo que à, falta de melhor termo, podemos chamar o dilema açoriano. Por um lado, o Governo regional está profundamente insatisfeito com os resultados do Acordo de Cooperação e Defesa assinado em 1995. «Se me perguntarem», disse Carlos César poucos dias após Jaime Gama ter anunciado que o acordo de 1995 não ia ser renegociado, «se o acordo da Base das Lajes está a ter consequências altamente positivas para os Açores ou consequências de acordo com as expectativas, evidentemente não está»<sup>110</sup>. Por outro lado, como Mota Amaral admitiu, «os Açores são uma coisa enquanto existir a Base das Lajes e são outra completamente diferente quando a mesma deixar de existir»<sup>111</sup>.

Ou seja: ao longo dos últimos anos, a União Europeia e os seus generosos subsídios modificaram profundamente a face dos Açores. Para o Governo regional, a generosidade europeia tem um preço pesado em termos conceptuais e terminológicos. Bruxelas não tem uma estratégia atlântica e a terminologia da União Europeia para descrever os Açores – «região ultraperiférica» – indicia uma visão algo pessimista para o futuro do

arquipélago<sup>112</sup>. As Lajes permitem aos responsáveis políticos regionais reclamar para os Açores um lugar central nas relações transatlânticas. Embora as coisas nunca sejam assim apresentadas, a verdade é que, para os políticos açorianos, a autonomia e a visibilidade regional dependem, entre muitas outras coisas, da força e credibilidade da Pax Americana. Além disso, a base continua a ser uma importante fonte de emprego na Ilha Terceira e, nas vésperas de qualquer renegociação sobre a presença americana nas Lajes, tal facto nunca deixa de ser lembrado aos responsáveis regionais<sup>113</sup>. A dificuldade em criar e distribuir riqueza nos Açores enfraquece o já de si diminuto poder negocial regional.

1999 e 2000 demonstraram que a relação transatlântica está a sofrer mudanças profundas e que as Lajes são indispensáveis para alguns dos mais importantes objectivos nacionais e regionais e, por isso mesmo, tem sido difícil compatibilizar a retórica política nacional com os resultados reais da cooperação com os eua.

### **Conclusão**

A argumentação até aqui desenvolvida permite três conclusões. Primeiro, os decisores políticos e alguns analistas nacionais têm vindo a defender que a base açoriana viu a sua importância estratégica aumentar nos anos de 1998 e 1999 mas tal não tem impedido os mesmos de manifestar uma considerável relutância em averiguar qual tem sido o papel da base na estratégia americana e o que é que Washington pensa sobre as Lajes.

No coração dos debates nacionais sobre o papel das Lajes na Pax Americana existe uma omissão surpreendente. Tendo presente que a importância estratégica das Lajes depende do seu uso pelos militares americanos não deixa de ser importante notar que, salvo raríssimas excepções, os debates nacionais sobre a base têm ignorado completamente documentos como a Bottom-Up Review, Quadrennial Defense Review, Joint Vision 2010, Joint Vision 2020 e um número apreciável de relatórios publicados pelo General Accounting Office.

O programa de investimentos da Força Aérea americana e a evolução da doutrina da mesma têm também passado mais ou menos despercebidos em Portugal. Tendo em conta que a actual doutrina da Força Aérea americana acentua o papel a desempenhar pelo poder aéreo táctico e que este tipo de poder aéreo só pode ser exercido plenamente se estiverem disponíveis bases como as Lajes, esta omissão nacional é difícil de explicar. A única conclusão possível é que na base do paradoxo das Lajes está o triunfo da política sobre a análise estratégica. Não deixa de ser irónico constatar que nos Açores, uma região estratégica par excellence, esta situação é particularmente evidente.

Vinte e cinco anos depois da instauração do regime autonómico que conferiu aos Açores os direitos constitucionais de participar nas negociações internacionais que lhes dissessem respeito e nos respectivos benefícios, continua a não existir um pensamento estratégico estruturado e fundamentado que apoie o processo de decisão político regional<sup>114</sup>.

A falta de um pensamento regional sobre questões estratégicas explica porque é que nas vésperas de qualquer negociação sobre as Lajes a maioria dos responsáveis políticos regionais tem mostrado grande dificuldade em resistir à tentação de ostentar os méritos passivos e activos dos Açores ao longo dos últimos quinhentos anos, a Assembleia Regional sucumbe à tentação da política do gesto, os jornais se enchem de notícias que anunciam a passagem de aviões da Força Aérea americana pela base e o presidente do



Governo regional anuncia à região que recebeu uma missiva do presidente dos Estados Unidos.

Segundo, o presente e o futuro de bases de trânsito como as Lajes está intimamente ligado não só à existência mas, acima de tudo, à disponibilidade de bases em países mais ou menos distantes, onde os eua possam estacionar e lançar os seus meios aéreos contra os seus alvos. Numa situação em que decisores políticos na Europa, Médio Oriente e Golfo Pérsico recusem disponibilizar as suas bases para o lançamento de ataques aéreos americanos, o valor das Lajes enquanto base de trânsito poderá diminuir drasticamente para Washington.

Terceiro, como António José Telo defendeu, as Lajes ajudaram Portugal a manter a «disfunção nacional», ou seja a «desempenhar um papel e realizar funções que estão acima da sua força aparente»<sup>115</sup>. No entanto, ao longo dos últimos dez anos, a base açoriana passou do centro para a periferia das relações luso-americanas e a sua contribuição para a «disfunção nacional» diminuiu drasticamente. 1999 e a operação Força Determinada permitiram a Lisboa e aos Açores «ressuscitar» as Lajes.

Politicamente, a ideia provou ser extremamente atraente. Por um lado, num país maioritariamente contra ou claramente céptico em relação aos objectivos da operação da nato, a localização das Lajes no meio do Atlântico permitiu a Lisboa contribuir discretamente para a mesma. Como vimos, na altura o verdadeiro papel das Lajes não foi militar, mas sim político. Por outro lado, o uso das Lajes pelos militares americanos forneceu argumentos à corrente de opinião que defende que as Lajes continuam no centro das relações luso-americanas e que, independentemente do fim da Guerra Fria e da menor importância do Atlântico no actual cenário estratégico, a base continua a ser essencial para a projecção de todo o poder aéreo dos eua.

O debate nacional sobre Timor demonstrou claramente que, apesar de ter uma relação extremamente ténue com a realidade estratégica, a ideia possui força política. O que concluir de tudo isto? Acima de tudo, que as Lajes são hoje em dia uma espécie de pequeno teatro político e diplomático em que tem sido extremamente fácil e conveniente aos diferentes actores nacionais e regionais exagerar o valor estratégico da base. Até agora, o preço político destes exageros tem sido nulo ou diminuto e isso ajuda a explicar a sobrevivência penosa, mas politicamente útil, do paradoxo das Lajes.

## NOTAS

<sup>1</sup> Dez anos depois do fim da Guerra Fria, um número substancial de políticos, jornalistas e académicos continua a escrever e a falar sobre o «pós-Guerra Fria». Apesar de largamente difundida, a expressão é totalmente inútil e vazia de conteúdo. Ver (2000): «Naming a New Era», *Foreign Policy*, 119, pp. 29-69; Ashton B. Carter (1999/ /2000): «Adapting U.S. Defence to Future Needs», *Survival*, 41:4, p. 102; Colin Gray (1999): *The Second Nuclear Age*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, p. 23. O presente ensaio assenta na ideia de que desde 1991 vivemos na Pax Americana e de que a mesma não vai desaparecer nos próximos anos. O uso das expressões «nação indispensável» e «hiperpotência» pelos mais altos responsáveis da Administração Clinton e Hubert Védrine, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, para descrever a dimensão, profundidade e alcance do poder americano e o recente aviso por parte de Mikhail Gorbachev de que os eua sofrem de um perigoso «complexo de superioridade» confirmam que vivemos actualmente na Pax Americana. Para uma conclusão semelhante

ver Zbigniew Brzezinski (2000): «Living With a New Europe», *The National Interest*, 60, pp. 17-29 e (1997): *The Grand Chessboard. American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Nova Iorque: Basic Books, Capítulos 1 e 2; Coral Bell (1999): «American Ascendancy and the Pretense of Concert», *The National Interest*, 57, pp. 55-63; William C. Wohlforth (1999): «The Stability of a Unipolar World», *International Security*, 24:1, pp. 5-41; Stephen M. Walt (1999): «Musclebound: The Limits of U.S. Power», *The Bulletin of the Atomic Scientists*, 55:2, pp. 44-48.

<sup>2</sup> Carmo Rodeia: «PR quer “mais equilíbrio” nas Lajes», *Diário de Notícias*, 14 de Julho de 1999; Nuno Mendes: «O equilíbrio desequilibrado do acordo das Lajes», *Público*, 14 de Julho de 1999. Nos Açores, os políticos e a imprensa regional chegaram à mesma conclusão. Ver, por exemplo, Maria Guiomar Lima: «Bom tempo no canal», *O Independente*, 2 de Julho de 1999; «Acordo das Lajes não satisfaz», *Diário Insular*, 13 de Julho de 1999.

<sup>3</sup> Diogo Freitas do Amaral: «O que é preciso para salvar Timor?», *Visão*, 9 de Setembro de 1999, p. 114.

<sup>4</sup> Boaventura de Sousa Santos: «As lições de Timor», *Visão*, 16 de Setembro de 1999, p. 38.

<sup>5</sup> Estêvão Gago da Câmara: «Relações de Portugal com Estados Unidos em causa», *O Independente*, 10 de Setembro de 1999.

<sup>6</sup> Idem; *ibidem*.

<sup>7</sup> Carmo Rodeia: «PR quer “mais equilíbrio” nas Lajes».

<sup>8</sup> Maria Guiomar Lima: «Bom tempo no canal».

<sup>9</sup> A expressão foi cunhada por Lawrence Freedman (1998): *The Revolution in Strategic Affairs*. Adelphi Paper N.º 318. Londres: The International Institute for Strategic Studies.

<sup>10</sup> Colin S. Gray (1999), p. 47.

<sup>11</sup> Para uma perspectiva americana da evolução do problema da proliferação de armas de destruição maciça e mísseis balísticos ver eua, Central Intelligence Agency: Statement by Director of Central Intelligence Before the Senate Select Committee on Intelligence on The Worldwide Threat in 2000: Global Realities of Our National Security, Washington, dc: cia, 2 de Fevereiro de 2000.

<sup>12</sup> Ashton B. Carter (1999/2000), p. 104.

<sup>13</sup> Paul Bracken (1999): *Fire in the East. The Rise of Asian Military Power and the Second Nuclear Age*. New York: Harper Collins, pp. 149-170; Barry Buzan, Eric Herring (1998): *The Arms Dynamic in World Politics*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner

Publishers, pp. 29-82; Brad Roberts: «VNAs and the Contemporary Latent Weapon State», in Michael J. Mazarr, editor (1997): *Nuclear Weapons in a Transformed World. The Challenge of Virtual Nuclear Arsenals*. Londres: Macmillan, pp. 263-285; Samuel Huntington (1996): *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Nova Iorque: Simon & Schuster, pp. 183-192.

<sup>14</sup> eua, General Accounting Office: *Operation Desert Storm. Evaluation of the Air Campaign*, GAO/NSIAD-97-134. Washington, DC: GAO, Junho de 1997, p. 31.

<sup>15</sup> eua, Casa Branca: *Statement by the President*. Washington, DC: Casa Branca, Gabinete do Secretário de Imprensa, 16 de Dezembro de 1998; eua, Departamento de Defesa: *DoD News Briefing*. Washington, DC: Departamento de Defesa, Gabinete do Secretário Adjunto da Defesa-Assuntos Públicos, 16 de Dezembro de 1998.

<sup>16</sup> Duncan Lennox (1999): «“Fox”: the results», *Jane’s Defence Weekly*, 31:2, p. 25.

<sup>17</sup> Citado por Greg Seigle (1999): «Desert Fox sparks effectiveness debate», *Jane’s Defence Weekly*, 31: 1, 2. De acordo com um relatório recentemente submetido ao Congresso dos eua, o Iraque tem os meios humanos e técnicos para reiniciar os seus programas de armas químicas e biológicas rapidamente. Além disso, o Iraque continua a desenvolver e a testar o Al-Samoud e o Ababil-100, dois mísseis de curto alcance. Ver eua, Central Intelligence Agency: *Unclassified Report to Congress on the Acquisition of Technology Relating to Weapons of Mass Destruction and Advanced Conventional Munitions, 1 July Through 31 December 1999*. Disponível na www em [http://www.cia.gov/cia/publications/bian/bian\\_aug2000.htm#2](http://www.cia.gov/cia/publications/bian/bian_aug2000.htm#2). Ver também John Hooper: «Saddam building missiles», *The Guardian* (Londres), 26 de Agosto de 2000; Michael Evans: «Saddam seeks Russian missile deal», *The Times* (Londres), 14 de Agosto de 2000.

<sup>18</sup> Edward N. Luttwak (1999): «From Vietnam to Desert Fox: Civil-Military Relations in Modern Democracies», *Survival*, 41:1, p. 99.

<sup>19</sup> Douglas Jehl: «Saudis Admit Restricting U.S. Warplanes in Iraq», *New York Times*, 22 de Março de 1999.

<sup>20</sup> «Ver aviões passar», *Diário Insular* (Angra do Heroísmo), 16 de Janeiro de 1999.

<sup>21</sup> John Keegan: «So the bomber got through to Milosevic after all», *The Daily Telegraph* (Londres), 4 Junho de 1999 e «Please, Mr Blair, never take such a risk again», *The Sunday Telegraph* (Londres), 6 de Junho de 1999. Para o debate sobre este assunto ver Daniel A. Byman e Matthew C. Waxman (2000): «Kosovo and the Great Air Power Debate», *International Security* 24:4, pp. 5-38; Earl H. Tilford (1999/2000): «Operation Allied Force and the Role of Air Power», *Parameters* XXIX:4, pp. 24-38; Zbigniew Brzezinski (1999): «Why Milosevic cracked», *Prospect* 46, pp. 10-11; Lawrence Freedman: «Air power has yet to win a war», *The Times* (Londres), 5 de Junho de 1999; Bruce Clark: «Knights in Shining Armour? A Survey of nato», *The Economist*, 24 de Abril de 1999.

<sup>22</sup> Ashton B. Carter (1999/2000), p. 103; Joseph Nye (1999): «Redefining the National Interest», *Foreign Affairs*, 78:4, p. 27. Como o Embaixador José Cutileiro escreveu, o que tornou os trágicos acontecimentos no Kosovo verdadeiramente únicos não foram as atrocidades cometidas contra populações civis indefesas mas sim a cobertura mediática que as mesmas receberam. Ver José Cutileiro: «Kosovo Is a Political Problem, Not Just a Moral Crusade», *International Herald Tribune*, 21 de Abril de 1999.

<sup>23</sup> Ver Thucydides (1972): *History of the Peloponnesian War*. Tradução de Rex Warner. Londres, Livros 6 e 7.

<sup>24</sup> Jim Hoagland: «Keeping the American Liner Straight on Course», *International Herald Tribune*, 6 de Maio de 1999.

<sup>25</sup> Diogo Freitas do Amaral: «A Nova Ordem Internacional», *Visão*, 1 de Abril de 1999, p. 114.

<sup>26</sup> Mário Soares: «Um precedente perigoso», *Público*, 26 de Março de 1999. Ver também, José Pacheco Pereira: «Guerra jugoslava e pensamento degradado», *Diário de Notícias*, 25 de Março de 1999.

<sup>27</sup> José Alberto Loureiro dos Santos: «Dois Erros Estratégicos», *Diário de Notícias*, 31 de Março de 1999. Todavia no artigo «As Responsabilidades Estratégicas de Portugal», *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1999, Loureiro dos Santos defendeu um ponto de vista substancialmente diferente: «Neste momento, existe de facto uma ameaça à segurança da Europa. ...Portugal não pode, agora que estão criados novos pressupostos estratégicos que aconselham esta atitude por parte da nato e até por razões de coerência com a atitude tomada, ficar de fora (um erro não justifica outro erro). Para Portugal também há agora uma ameaça grave».

<sup>28</sup> Edward N. Luttwak (1999): «Give War a Chance», *Foreign Affairs*, 78:4, pp. 36-44.

<sup>29</sup> Ashton B. Carter (1999/2000), pp. 103-106. Em Portugal, a relutância em aceitar baixas durante a operação da nato não foi menor do que a vivida em Washington. A verdade é que nunca existiram condições políticas que permitissem a Lisboa enviar tropas para «impor a paz» no Kosovo. Ver Paula Sá e Fernando Sousa: «Guterres quer participação de contingente para a paz... mas Gama afasta envio do Exército», *Diário de Notícias*, 30 de Março de 2000; João Pedro Henriques: «Guterres exclui tropas no terreno», *Público*, 30 de Março de 1999; José Manuel Fernandes: «Dois terços contra a guerra», *Público*, 1 de Abril de 1999. À semelhança do que acontece com a maioria das sociedades europeias, Portugal vive actualmente um momento «pós-heróico». Tal facto poderá vir a ter consequências importantes para a robustez da futura Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia. Ver Edward Luttwak (1995): «Toward Post-Heroic Warfare», *Foreign Affairs*, 74:3, pp. 109-122 e (1994): «Where Are the Great Powers? At Home with the Kids», *Foreign Affairs*, 73:4, pp. 23-28; Robert Cooper (1999): «The End of War. How Peace Will Change Us», *Prospect*, 40, pp. 22-25.

<sup>30</sup> Álvaro Vasconcelos: «O Kosovo e a síndrome do Vietname», Público, 30 de Março de 2000.

<sup>31</sup> De acordo com Edward Luttwak as três primeiras semanas da operação Força Determinada não passaram de «war lite»: «...the aim was not to hurt Milosevic but to give him an excuse for capitulating to nato on Kosovo». Ver Edward Luttwak: «nato started bombing to help Milosevic», The Daily Telegraph (Londres), 25 de Abril de 1999. Para o número de aviões disponíveis no início da campanha aérea da nato ver Barry R. Rosen (2000): «The War for Kosovo. Serbia's Political-Military Strategy», International Security, 24:4, pp. 58-59.

<sup>32</sup> Joseph Nye (1999), p. 34. No mesmo sentido ver, por exemplo, Gerald Segal: «As the missiles land, the credibility of nato is at stake», The Independent (Londres), 26 de Março de 1999; François Heisbourg: «Can nato Snatch Victory From the Jaws of Defeat», International Herald Tribune, 3-4 de Abril de 1999; Henry Kissinger: «Doing Injury to History», Newsweek International, 5 de Abril de 1999, pp. 28-29; Norman Cigar: «We must fight to win», The Daily Telegraph (Londres), 5 de Abril de 1999; Robert D. Kaplan: «A nato Victory Can Bridge Europe's Growing Divide», International Herald Tribune, 8 de Abril de 1999.

<sup>33</sup> A mobilidade estratégica é a capacidade para movimentar forças e meios militares do território nacional para o teatro de operações ou, em alternativa, de um teatro de operações para outro. A mobilidade operacional é a capacidade para movimentar forças e meios militares dentro de um teatro de operações. A mobilidade tática é a capacidade para movimentar forças e meios militares no campo de batalha. Ver, por exemplo, Charles L. Glaser e Chaim Kaufmann (1998): «What is the Offense-Defense Balance and Can We Measure It?», International Security, 22:4, pp. 62-63. Ver também Eduardo Mascarenhas: «Lajes são porta-aviões fixo nas rotas do Atlântico», Diário de Notícias, 27 de Fevereiro de 1998.

<sup>34</sup> Dana Priest: «Serb Targets: nato Conflicting Views», International Herald Tribune, 21 de Setembro de 1999.

<sup>35</sup> Idem, ibidem.

<sup>36</sup> Barry R. Posen (2000), pp. 54-58; Edward N. Luttwak (1999), p. 40. Estas restrições operacionais levaram alguns militares americanos a considerar a campanha aérea da nato «uma farça». Ver, por exemplo, Damian Whitworth: «US worries over hard-pressed pilots», The Times (Londres), 13 de Maio de 1999.

<sup>37</sup> Strategic Survey 1999/2000 (2000). Londres: The International Institute for Strategic Studies, p. 15; Williamson Murray (2000): «The United States Should Begin Work on a New Bomber Now», Policy Analysis, p. 368, Cato Institute, 16 de Março 2000, p. 17; «Twas a famous victory, but...», The Economist, 18 de Dezembro de 1999, pp. 37-38. Todavia, durante a operação Força Determinada os B-2, B1-B e B-52 foram apoiados por

meios aéreos táticos, de guerra electrónica e reabastecimento. Ou seja, o poder aéreo de longo raio de acção americano exige protecção do poder aéreo tático e este, por sua vez, exige o acesso a bases situadas relativamente perto dos alvos a atingir. Ver Michael O'Hanlon (2000): *Technological Change and the Future of Warfare*. Washington, DC: Brookings Institution Press, pp. 146-147; Robert Holzer: «New Support Mandate Taxes EA-6bs: Escorting F-117s, B-2s Overburdens U.S. Navy Radar-Jamming Fleet», *Defense News*, 17 de Maio 1999. Sobre a vulnerabilidade dos B-2 ver David Fulghum (1999): «Seek and destroy», *New Scientist*, 164:2215, pp. 30-33.

<sup>38</sup> Durante a Guerra Fria, a importância das Lajes para os eua não foi uniforme. A partir de meados dos anos 60, a evolução tecnológica diminuiu o papel de bases como as Lajes na retaliação nuclear a levar a cabo pelos eua. Ver Stephen Van Evera (1999): *Causes of War. Power and the Roots of Conflict*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, p. 245; António José Telo (1996): *Portugal e a nato. O Reencontro da Tradição Atlântica*. Lisboa: Edições Cosmos, pp. 312-324; Robert J. Art (1991): «A Defensible Defense. America's Grand Strategy After the Cold War», *International Security*, 15:4, p. 22. Um dos aspectos menos estudados em Portugal tem sido o papel das Lajes no planeamento nuclear americano. Em Portugal e a nato. *O Reencontro da Tradição Atlântica*, pp. 312-313, António José Telo escreve que as Lajes desempenharam um papel vital no apoio às missões dos B-47 americanos e, posteriormente, no reabastecimento dos bombardeiros do Strategic Air Command (SAC). Todavia, uma série de documentos obtidos por Nuno Simas, jornalista do Diário de Notícias, sobre o programa «Chrome Dome» (1961-1968) levantam algumas dúvidas em relação ao papel das Lajes no reabastecimento dos bombardeiros nucleares que diariamente partiam dos eua em direcção ao Mediterrâneo. O programa «Chrome Dome» terminou na sequência dos acidentes de Palomares (Janeiro de 1966) e Thule (Janeiro de 1968). Ver Arjun Makhijani e Stephen I. Schwartz: «Victims of the Bomb», in Stephen I. Schwartz, editor (1998), *Atomic Audit. The Costs and Consequences of U.S. Nuclear Weapons*. Washington, DC: Brookings Institution Press, pp. 408-411. Em 1999 Robert S. Norris, William M. Arkin e William Burr publicaram o importante «Where They Were», *Bulletin of the Atomic Scientists*, 55:6, pp. 26-35 e 66-67. O artigo inclui a lista das bases onde os eua armazenaram, entre Julho de 1945 e de Setembro de 1977, armas atómicas e nucleares. Portugal não é mencionado nesta lista. Todavia, nos Açores persiste a suspeita de que, pelo menos em finais de 1966, foram armazenadas armas nucleares nas Lajes. Ver, por exemplo, «Uma história para pensar», *Diário Insular*, 23 Outubro de 1999. Em «Iceland Melts», *The Bulletin of the Atomic Scientists*, 56:1, p. 80, William M. Arkin escreve que o National Security Decision Memorandum 274, Nuclear Weapons Deployment Authorization for FY75 (7 de Outubro 1974) autorizou, em caso de guerra, o «estacionamento condicional» de armas nucleares americanas em Portugal. Nuno Simas divulgou estes e outros assuntos numa série de artigos publicados em 28, 29 e 30 de Maio de 2000 no Diário de Notícias. Ver, especialmente, Nuno Simas: «Açores na rota das armas nucleares», *Diário de Notícias*, 29 Maio de 2000. Apesar das dúvidas e incertezas que continuam a rodear o papel das Lajes na estratégia nuclear dos eua uma coisa é certa: até ao final de 1991 esteve estacionado nas Lajes um avião em alerta permanente cuja função era servir de posto de comando aéreo para o apoio aos sistemas nucleares americanos. Ver (1991):

«Silk Purse Abandoned», *The Bulletin of the Atomic Scientists*, 47:7. Agradeço a Nuno Simas a cedência da documentação acima referida.

<sup>39</sup> Herman Kahn (1969): *On Thermonuclear War*, 2.ª edição. Westport, CT: Greenwood Press, p. 126.

<sup>40</sup> *Idem*; *ibidem*.

<sup>41</sup> António José Telo (1996), pp. 341-342.

<sup>42</sup> «Survey of defence and democracies», *The Economist*, 1 de Setembro de 1990, p. 14.

<sup>43</sup> eua, General Accounting Office: *Strategic Lift. Further Air Base Reductions in Europe Could Jeopardize Capability*, gao/nsiad-94-138. Washington, DC: General Accounting Office, Junho de 1994, pp. 3-5.

<sup>44</sup> Álvaro Vasconcelos (1993): «A Dupla Ilusão», Portugal. *Paradoxo Atlântico*, Edição revista. Lisboa: ieei/Fim de Século, pp. 74-75.

<sup>45</sup> eua, General Accounting Office: *Military Airlift. Savings Achieved by Eliminating Support Operations at Torrejon Air Base, Spain*, gao/nsiad-97-96. Washington, DC: General Accounting Office, Abril de 1997. A meio da década de 90, numa altura em que a maior parte dos políticos portugueses insistia na importância das Lajes para o controlo do Atlântico e defesa avançada dos eua, o Comando de Transportes (transcom) da Força Aérea Americana opôs-se ao fim das operações nas Lajes com o argumento de que o mesmo complicaria imenso o apoio logístico a qualquer operação militar de média dimensão no Médio Oriente. Ver *Strategic Lift. Further Air Base Reductions in Europe Could Jeopardize Capability*, gao/nsiad-94-138, pp. 3-5 e 15. Itálicos meus.

<sup>46</sup> Durante as operações Escudo do Deserto e Tempestade no Deserto, 90 por cento do equipamento, material e munições foram transportados por via marítima. O restante foi transportado por via aérea. Jeffrey McCausland (1993): *The Gulf Conflict: A Military Analysis*. Adelphi Paper N.º 282. Londres: The International Institute for Strategic Studies, pp. 11-12. De acordo com os relatórios *Strategic Lift* (1994) e *Military Airlift* (1997), a parte mais substancial do esforço logístico aéreo dos eua levado a cabo durante estas operações não passou pelas Lajes, mas sim por Torrejon (Espanha) e Rhein-Main (Alemanha). Em Lisboa e nos Açores parte-se normalmente do pressuposto de que a base das Lajes tem uma importância logística igual ou superior às outras bases europeias usadas pelos eua. Todavia, os relatórios do GAO tornam claro que, quando comparadas com outras bases europeias usadas pela Força Aérea Americana, as Lajes são uma das bases com menor capacidade logística. No entanto, as Lajes são uma das poucas bases apetrechadas para levar missões de reabastecimento aéreo.

<sup>47</sup> Diego Garcia continua a ser uma das plataformas estratégicas mais importantes para os eua. Os actuais planos de Washington prevêem que nos próximos anos Diego Garcia seja transformada numa base avançada para forças aéreas expedicionárias. Ver Ewen

MacAskill e Rob Evans: «US blocks return home for exiled islanders», *The Guardian* (Londres), 1 de Setembro de 2000.

<sup>48</sup> Ver eua, General Accounting Office: *Military Prepositioning. Army and Air Force Programs Need to Be Reassessed*, GAO/NSIAD-99-6. Washington, DC: General Accounting Office, Novembro de 1998.

<sup>49</sup> Sobre este assunto ver Thomas Schelling (1966): *Arms and Influence*. New Haven e Londres: Yale University Press, p. 36.

<sup>50</sup> David C. Gompert, Richard L. Kugler e Martin C. Libicki (1999): *Mind the Gap. Promoting a Transatlantic Revolution in Military Affairs*. Washington, DC: National Defense University, p. 7; William Odom (1997): «Transforming the Military», *Foreign Affairs*, 76:4, p. 61.

<sup>51</sup> As V-1 e V-2 usavam um explosivo convencional e tinham uma probabilidade de erro circular (PER) que podia atingir os dez quilómetros. Esta imprecisão tornou as V-1 e V-2 inúteis do ponto de vista estritamente militar e levou Hitler a usar as mesmas como «armas de vingança» contra alvos civis. Ver P. M. S. Blackett (1949): *Military and Political Consequences of Atomic Energy*. Edição revista. Londres: Turnstile Press, p. 49. Para a história do programa de mísseis alemães ver Michael J. Neufeld (1995): *The Rocket and the Reich. Peenemünde and the Coming of the Ballistic Missile Era*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, e Albert Speer (1995): *Inside the Third Reich*. Londres: Phoenix, pp. 488-498.

<sup>52</sup> Basil Liddell Hart (1946): *The Revolution in Warfare*. Londres: Faber and Faber, pp. 83-84.

<sup>53</sup> Bernard Brodie (1948): «The Atom Bomb as Policy Maker», *Foreign Affairs*, 27:1, pp. 17-33, e (1965): *Strategy in the Missile Age*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, pp. 147-222; Robert Jervis (1989): *The Meaning of the Nuclear Revolution. Statecraft and the de Abril of Armageddon*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, pp. 1-45; Richard J. Harknett: «State Preferences, Systemic Constraints, and the Absolute Weapon», in T. V. Paul, Richard J. Harknett e James J. Wirtz, editores (1998): *The Absolute Weapon Revisited. Nuclear Arms and the Emerging International Order*. Ann Arbor: The University Press of Michigan Press, pp. 47-72; Colin S. Gray (1999): *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press, pp. 319-353.

<sup>54</sup> John Herz (1965): *International Politics in the Atomic Age*. Nova Iorque e Londres: Columbia University Press, pp. 12-13.

<sup>55</sup> Thomas Schelling (1966), pp. 1-34.

<sup>56</sup> Paul Bracken (1999): *Fire in the East. The Rise of Asian Military Power and the Second Nuclear Age*. Nova Iorque: Harper Collins, p. 151; Avigdor Haselkorn (1999):



The Continuing War. Iraq, Poisonous Weapons, and Deterrence. New Haven e Londres: Yale University Press, pp. 224-225.

<sup>57</sup> Sobre este assunto ver Carl von Clausewitz (1993): *On War*, editado e traduzido por Peter Paret e Michael Howard, edição de 1976 da Princeton University Press. Londres: Everyman's Library, p. 105; Martin Navias (1993): *Going Ballistic. The Build-Up of Missiles in the Middle East*. Londres: Brassey's, p. 154. Para o impacto dos mísseis iraquianos na estratégia dos eua e seus aliados ver eua, General Accounting Office: *Operation Desert Storm. Evaluation of the Air Campaign*, GAO/NSIAD-97-134. Washington, DC: General Accounting Office, Junho de 1997.

<sup>58</sup> Para uma avaliação do papel dos Tomahawk (Marinha) e dos calcm (Força Aérea) durante a Guerra do Golfo de 1991 ver eua, General Accounting Office: *Cruise Missiles. Proven Capability Should Affect Aircraft and Force Structure Requirements*, gao/nsiad-95-116. Washington, DC: General Accounting Office, Abril de 1995.

<sup>59</sup> Sobre a importante distinção entre a «lógica» e a «gramática» da guerra ver Carl von Clausewitz (1993), p. 731. Sobre a crescente importância política e militar dos mísseis ver Michael O'Hanlon (2000), pp. 1-31; Paul Bracken (1999); Avigdor Haselkorn (1999), pp. 182-226; Andrew F. Krepinevich e Steven M Kosiak (1998): «Smarter Bombs, Fewer Nukes», *The Bulletin of the Atomic Scientists*, 54:6, pp. 26-32; John Steinbruner: «Can the United States lead the world?», in Ken Booth (1998): *Statecraft and Security. The Cold War and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 135-148.

<sup>60</sup> Carl von Clausewitz (1993), p. 101; Michael Howard (1979): «The Forgotten Dimensions of Strategy», *Foreign Affairs*, 57:5, pp. 975-986; Bernard Brodie (1974): *War and Politics*. Londres: Cassell, p. 332; Colin S. Gray (1999, B), pp. 27-28.

<sup>61</sup> Hans J. Morgenthau (1964): «The Four Paradoxes of Nuclear Strategy», *The American Political Science Review*, LVIII:1, p. 27.

<sup>62</sup> Lawrence Freedman (1998), pp. 16-19.

<sup>63</sup> eua, National Intelligence Council: *Foreign Missile Developments and Ballistic Missile Threat to the United States Through 2015*. Washington, DC: Central Intelligence Agency, Setembro de 1999.

<sup>64</sup> Como Liddell Hart escreveu, «o calcanhar de Aquiles de uma Força Aérea moderna é a sua grande organização terrestre». Ver Basil Liddell Hart (1944/1999): *Thoughts on War*. Staplehurst, Kent: Spellmount, p. 54.

<sup>65</sup> General Charles A. Horner (1996): «What We Should Have Learned in Desert Storm But Didn't», *Air Force Magazine*, 79:12, p. 14.

<sup>66</sup> Paul Bracken (1999), p. 48. Para um argumento semelhante ver Richard K. Betts (1998): «The New Threat of Mass Destruction», *Foreign Affairs*, 77:1, pp. 26-41;

Lawrence Freedman (1994-1995): «Great Powers, Vital Interests and Nuclear Weapons», *Survival*, 36:4, p. 37.

<sup>67</sup> Ver eua, Joint Chiefs of Staff: Joint Vision 2020. Washington, dc: us Government Printing Office, Junho de 2000; Dean A. Wilkening (2000): Ballistic Missile Defence and Strategic Stability. Adelphi Paper N.º 334. Londres: International Institute for Strategic Studies, pp. 45-58; Michael O’Hanlon (1999): «Star Wars Strikes Back», *Foreign Affairs*, 78:6, pp. 68-82; Paul Bracken (1999), pp. 64-70.

<sup>68</sup> Ver eua, Ballistic Missile Defense Organization: Report of the Panel on Reducing Risk in Ballistic Missile Defense Flight Test Programs. Washington, dc: Ballistic Missile Defense Organization, 27 de Fevereiro de 1998.

<sup>69</sup> Robert Wall (1999): «Smarter TBMS on Horizon», *Aviation Week & Space Technology*, 151:9, pp. 30-31. Para o aceso debate sobre o desempenho dos Patriot durante a Guerra do Golfo de 1991 ver Jeremiah D. Sullivan, et al. (1999): «Technical Debate over Patriot Performance in the Gulf War», *Science & Global Security*, 8, pp. 40-97; Robert M. Stein e Theodore A. Postol (1992): «Correspondence: Patriot Experience in the Gulf War», *International Security*, 17:1, pp. 199-240; Theodore A. Postol (1991/1992): «Lessons of the Gulf War Experience with Patriot», *International Security*, 16:3, pp. 119-171.

<sup>70</sup> Dennis M. Gormley (1998): «Hedging Against the Cruise-Missile Threat», *Survival*, 40:1, pp. 92-111.

<sup>71</sup> Na origem da expressão está a frase de Bedford Forrest, oficial confederado na Guerra Civil americana, «To git thar far fust with the most». Ver Hanson W. Baldwin (1948): «The Myth of Security», *Foreign Affairs*, 26:2, p. 259.

<sup>72</sup> eua, National Defense Panel: Transforming Defense. National Security in the 21st Century. Arlington, Virginia: National Defense Panel, Dezembro de 1997, p. 42.

<sup>73</sup> David A. Fulghum (1999): «Army Chief Stresses Agility, Firepower», *Aviation Week & Space Technology*, 151:16, p. 36; Michael O’Hanlon (2000), pp. 147-148; Edward Luttwak: «The Global Setting of the U.S. Military Power», in L. Benjamim Ederington e Michael J. Mazarr, editores: *Turning Point. The Gulf War and U.S. Military Strategy*. Boulder, Colorado: Westview Press, pp. 3-22.

<sup>74</sup> Paul Bracken (1999), p. 10.

<sup>75</sup> «Os Açores no centro da civilização ocidental», *Açoriano Oriental*, 9 de Fevereiro de 2000. Entrevista com Carlos Amaral. Não deixa de ser irónico constatar que uma das principais funções desta «representação diplomática» – o consulado dos eua em Ponta Delgada – tem sido «filtrar» a entrada de portugueses nos eua.

<sup>76</sup> Hélio Vieira: «Cooperação com os Estados Unidos não tem sido importante para os Açores», *Diário Insular*, 21 de Maio de 2000. Entrevista com Carlos César.

<sup>77</sup> Ver Jaime Gama: «Prefácio», in *Portugal. Paradoxo Atlântico*, p. 11; «PS rendido ao “amigo americano”», *Público*, 20 de Junho de 1995; Jaime Gama: «A Relação Transatlântica: Uma Reflexão Pessoal». Discurso proferido no American Club (Lisboa), 24 de Janeiro de 1996.

<sup>78</sup> Ver, por exemplo, Eduardo Mascarenhas: «Lajes: Gama pede “bom cumprimento” do acordo», *Diário de Notícias*, 31 de Maio de 2000.

<sup>79</sup> Raymond Seitz (1998): *Over Here*. Londres: Weindenfeld & Nicolson, p. 325. Seitz descreve o encontro de John Major e Bill Clinton na Casa Branca nos seguintes termos: «Pouco antes de o Primeiro-Ministro chegar à Casa Branca, Clinton estava sentado na Sala Oval com alguns adjuntos. “Não se esqueça de mencionar a ‘relação especial’ quando a imprensa entrar”, disse um deles em tom de brincadeira... “Oh sim”, disse Clinton. “Como é que eu me ia esquecer? A ‘relação especial’!” E atirou a cabeça para trás e riu». Ver p. 322. Tendo em conta que Bill Clinton esteve em Oxford entre 1968-1970 como «Rhodes Scholar» o seu distanciamento em relação à Inglaterra não deixa de ser surpreendente. Sobre este assunto ver Martin Walker (1997): *Clinton. The President They Deserve*. Edição revista. Londres: Vintage, pp. 61-68.

<sup>80</sup> Alex Danchev (1996): «On Specialness», *International Affairs*, 72:4, pp. 737-750.

<sup>81</sup> Ver António Luís Vicente (1999): *Os Portugueses nos Estados Unidos da América*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 39-71. Agradeço a Miguel Roquette ter-me chamado a atenção para este estudo.

<sup>82</sup> *Idem*, *ibidem*, pp. 75-93.

<sup>83</sup> Catarina Carvalho: «Esperança para os repatriados», *Expresso*, 5 de Agosto de 2000.

<sup>84</sup> Maria Teodora Cardoso (1998): «The Future of the Portuguese-US Economic Relations», *The Azores and the New Transatlantic Partnership*, Furnas-S. Miguel, 28-29 de Setembro de 1998. Para uma conclusão mais pessimista, ver Joaquim Ramos Silva: «Desencontros e Caminhos de Convergência», in *Portugal. Paradoxo Atlântico*, pp. 99-196.

<sup>85</sup> George Kennan, Dean Acheson e Henry Kissinger são as excepções mais notáveis. Ver George Kennan (1967): *Memoirs: 1925-1950*. Boston: Little Brown and Company; Dean Acheson (1967): *Present at the Creation. My Years In the State Department*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company; Henry Kissinger (1982): *Years of Upheaval*. London: Weindenfeld and Nicolson and Michael Joseph.

<sup>86</sup> Michael Mandelbaum (1996): *The Dawn of Peace in Europe*. Nova Iorque: The Twentieth Century Fund Press; Zbigniew Brzezinski (1997): *The Grand Chessboard. American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Nova Iorque: Basic Books; Richard

N. Haass (1997): *The Reluctant Sheriff. The United States after the Cold War*. Nova Iorque: Council of Foreign Relations; David C. Gompert e F. Stephen Larrabee, editores (1997): *American and Europe. A Partnership for a New Era*. Cambridge: Cambridge University Press.

<sup>87</sup> Álvaro Vasconcelos (1993), p. 81.

<sup>88</sup> António José Telo (1993): *Os Açores e o Controlo do Atlântico*. Lisboa: Edições Asa, p. 15.

<sup>89</sup> Para uma introdução ao tema das contrapartidas americanas pelo uso das Lajes, ver Álvaro Monjardino, «Açores: 50 anos de Presença Militar Estrangeira», comunicação apresentada em Angra do Heroísmo, 8 de Outubro, de 1993.

<sup>90</sup> Citado por James Schlesinger (1997): «Fragmentation and Hubris. A Shaky Basis for American Leadership», *The National Interest*, 49, p. 4, nota 1.

<sup>91</sup> Citado por Charles Krauthammer: «The ABM Trap», *International Herald Tribune*, 2 de Julho de 1999.

<sup>92</sup> Jeremy D. Rosner (1996): «nato Enlargement's American Hurdle», *Foreign Affairs*, 75:4, pp. 9-16.

<sup>93</sup> Stephen M. Walt (2000): «Two Cheers for Clinton's Foreign Policy», *Foreign Affairs*, 79:2, pp. 65-66; James Kitfield (1999-2000): «The Folk Who Live on the Hill», *The National Interest*, 58, pp. 48-55; Raymond Seitz: «From the jaws of victory», *The Economist*, 27 de Maio de 1995, pp. 21-23; Jim Mann: «Post-Cold war generation on Capitol Hill questions the tie to nato», *International Herald Tribune*, 4 de Dezembro de 1995.

<sup>94</sup> Ver, por exemplo, Michael Mandelbaum (1996), pp. 155-158. Tal conclusão está implícita no discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros, «Os Açores e a Nova Parceria Transatlântica», *The Azores and the New Transatlantic Partnership*, Furnas-São Miguel, 28 de Setembro de 1998, p. 3.

<sup>95</sup> Ver António José Telo: «Treze teses sobre a disfunção nacional. Portugal no sistema internacional», in *Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais e Comisión Española de Historia de las Relaciones Internacionales*, editores (1998): *Encuentro Peninsular de Historia de las Relaciones Internacionales*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 26-27. Agradeço a Álvaro Monjardino ter-me chamado a atenção para este ensaio.

<sup>96</sup> Ver André Rodrigues: «eua nunca sairão da Base das Lajes», *Expresso das Nove* (Ponta Delgada), 25 de Janeiro de 2000.

<sup>97</sup> Ver «Cooperação com os Estados Unidos não tem sido importante para os Açores», *Diário Insular (Angra do Heroísmo)*, 21 de Maio de 2000. Itálicos meus.

<sup>98</sup> Colin S. Gray (1998): *Explorations in Strategy*. Westport, Connecticut e Londres: Praeger, pp. 55-82.

<sup>99</sup> Ver *Military Airlift. Savings Achievable by Eliminating Support Operations at Torrejon Air Base, Spain*.

<sup>100</sup> Zbigniew Brzezinski (1997), p. 59. Ver também David C. Gompert: «A Partner for America», in David C. Gompert e F. Stephen Larrabee, editores (1997): *America and Europe. A Partnership for a New Era*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, pp. 1-18.

<sup>101</sup> Stefan Aust, Gerhard Spoerl e Juergen Leinemann: «Europa deve emancipar-se dos eua», entrevista com Gerhard Schröder, *Diário de Notícias*, 9 de Janeiro de 2000.

<sup>102</sup> Elizabeth Becker: «Deep Disparity in nato. U.S. Allies Accept Need to Improve Capability», *International Herald Tribune*, 23 de Setembro de 1999; Peter Riddell: «A hawk's view from, 10», *The Times*, 31 de Maio de 1999; Philip Stevens: «Kosovo: Europe's choice», *Financial Times*, 21 de Maio de 1999; «Lessons from Kosovo» (1999): *Jane's Defence Weekly*, 32:4, pp. 18-21.

<sup>103</sup> Embaixador José Cutileiro: «Portugal e a IESD». Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 7 de Abril de 2000.

<sup>104</sup> Para uma discussão sobre este tópico ver Michael Howard (2000): *The Invention of Peace. Reflections on War and International Order*. Londres: Profile Books, pp. 91-113; Robert Cooper (1999), pp. 22-25.

<sup>105</sup> Ver Strobe Talbott: «Transatlantic Ties», *Newsweek International*, 18 de Outubro de 1999. Para um ponto de vista americano extremamente crítico em relação às novas propostas europeias no domínio da segurança e defesa ver John R. Bolton, Senior Vice-President, American Enterprise Institute: «European Common Foreign, Security and Defense Policies – Implications for the United States and the Atlantic Alliance», *Statement before the Committee on International Relations, House of Representatives*, 10 de Novembro de 1999.

<sup>106</sup> Ver entrevistas do ministro dos Negócios Estrangeiros ao Público, 11 de Novembro de 1999 e do Embaixador José Cutileiro ao *Diário de Notícias*, 25 de Novembro de 1999.

<sup>107</sup> Ver João Paz: «O Rumo é P'rá Europa», *Açoriano Oriental*, 27 de Abril de 1994.

<sup>108</sup> Discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros na conferência *The Azores and the New Transatlantic Partnership* (Furnas-São Miguel), 28 de Setembro de 1998.

<sup>109</sup> Rita Teves: «Acordo das Lajes não será revisto apesar de não beneficiar

os Açores», Açoriano Oriental, 9 de Maio de 2000.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Ver André Rodrigues (2000).

<sup>112</sup> Ver Álvaro Monjardino, «Sobre os Açores no Novo Atlântico», comunicação apresentada na conferência The Azores and New Transatlantic Partnership, Furnas-São Miguel, 28-29 de Setembro de 1998.

<sup>113</sup> Ver Gustavo Moura: «As Lajes são contributo de Portugal para a protecção da Europa», entrevista de Gerald McGowan, embaixador americano em Lisboa, Açoriano Oriental, 11 de Julho de 1999.

<sup>114</sup> José Medeiros Ferreira: «Unidade Política e Estratégica dos Açores», Diário de Notícias, 28 de Setembro de 1999.

<sup>115</sup> Ver António José Telo (1998), p. 341.